# ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS ACADEMIA REAL MILITAR (1810)

**RAÍ CARDOSO SANTANA**

**A CONTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS MILITARES DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.**

**Resende 2020**

**RAÍ CARDOSO SANTANA**

**A IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS MILITARES DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do TC Art Wellington.

Orientador: TC Art **WELLINGTON**

# Resende 2020

**RAÍ CARDOSO SANTANA**

**A IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS MILITARES DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do TC Art Wellington.

Aprovado em de de 2019:

Banca examinadora:

# Wellington Ferreira Gomes– Ten Cel de Artilharia – Orientador

**Cleriston Barbosa Bello– Maj de Engenharia**

**Edilson Maciel de Souza– Cap de Engenharia**

**Resende 2020**

**Dedicatória**

Dedico este trabalho a todas as pessoas que contribuíram para o sucesso do mesmo. Em especial aos meus país, noiva, irmão, meu orientador TC Wellington e aos demais professores do curso, pelo incentivo e ajuda durante toda está caminhada.

# AGRADECIMENTOS

A possibilidade deste trabalho ser realizado não seria possível sem a formação pautada em valores e estudos, fatores que não seriam possíveis atingir sem ajuda ininterrupta de pessoas generosas e doutas em conhecimento e sabedoria a quem não poderia deixar de dedicar este trabalho.

Dedico à minha família por desde sempre me mostrarem o caminho do estudo. Em especial, dedico à minha mãe, Irisênia Cardoso Santana , por todo amor e companheirismo dispendido durante a exaustiva caminhada ao longo de todo o meu curso. Dedico ao meu Pai, Nilson Mattos Santana, por ter me mostrado o caminho da vida militar desde cedo e ter sido o maior responsável pela minha presença na Academia. Ao meu Irmão, Michael Cardoso Santana, por ter fornecido a ajuda necessária para eu conseguir realizar a conclusão deste curso. E dedico a minha noiva, Kamylla de Andrade da Silva Gomes , por ter proporcionado todo o ambiente necessário para a confecção deste trabalho, além da sua ajuda propriamente dita.

Dedico aos professores que possibilitaram e forneceram o conhecimento necessário para que futuramente eu possa exercer com exímio as funções de oficial, tendo como destaque o TC Wellington, no qual sendo meu orientador, possibilitou toda ajuda necessária para boa a confecção deste trabalho.

Agradeço aos meus grandes amigos e companheiros da jornada castrense pela qual passamos aqui nesta renomada Academia pelos acontecimentos que nos levaram a chegar no momento em que findamos nossa formação, sustentados pelo ânimo gerado da convivência fraternal aqui vivida.

E, por fim, dedico ao meu esforço e dedicação ao longo de sete anos de formação na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e na Academia Militar das Agulhas Negras que culminaram na execução deste trabalho e na conclusão desse curso.

# RESUMO

Ao observar o conceito de profissão apresentado por Samuel Huntington em “O soldado e o Estado”, entende-se que o posto de oficial das forças armadas é considerado uma atividade profissional pois apresenta os quesitos profissionais discutido pelo autor: especialização, responsabilidade social e corporatividade. É mencionado que nas forças armadas somente a função do oficial é considerado atividade profissional uma vez que a atividade dos praças se assemelha mais a um ofício. Samuel Huntington, assim como Morrís Janowitz em “Soldado Profissional”, explica que o profissionalismo das forças armadas é de responsabilidade unicamente do desenvolvimento profissional dos oficiais, apesar de, haver oposição de outros estudiosos. As Escolas Militares de formação são apresentados por esses dois autores como entes imprescindíveis para a formação desse quadro de profissionais além de também serem fundamentais na iniciação da construção do ethos e da identidade militar desse grupo. Mediante a isso, o presente trabalho busca analisar as quatro principais escolas de formação de oficiais combatentes do Brasil(Real Academia Militar, Escola Militar da Praia Vermelha, Escola Militar de Realengo e a Escola Militar de Resende) ao longo da história a fim de verificar se elas contribuíram ou não para o desenvolvimento profissional dessa classe, como também será verificado os fatos históricos nessas escolas que beneficiaram ou prejudicaram o desenvolvimento desse grupo e também se houve evolução do profissionalismo com as transferências de uma escola para a outra ao longo da história.

# ABSTRACT

When observing the concept of profession presented by Samuel Huntington in “The soldier and the state”, it is understood that the post of officer of the armed forces is considered a professional activity because it presents the professional issues discussed by the author: specialization, social responsibility and corporativeness. It is mentioned that in the armed forces only the function of the officer is considered a professional activity since the activity of graduates is more similar to a craftsman activity. Samuel Huntington, as well as Morrís Janowitz in “Professional Soldier”, explains that the professionalism of the armed forces is solely the responsibility of the professional development of the officers, although there is opposition from other scholars. The Military Schools of formation are presented by these two authors as essential entities for the formation of this professional staff, besides being also fundamental in the initiation of the construction of the ethos and the military identity of this group. Therefore, the present work seeks to analyze the four main training schools for combatant officers in Brazil (Real Academia Militar, Escola Militar da Praia Vermelha, Escola Militar de Realengo and Escola Militar de Resende) throughout history in order to verify whether or not they contributed to the professional development of this class, as will also be verified the historical facts in those schools that benefited or hindered the development of this group and also if there was an evolution of professionalism with the transfers from one school to the other throughout history.

# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**EB** Exército Brasileiro

**AMAN** Academia Militar das Agulhas Negras

# SUMÁRIO

1. [INTRODUÇÃO 10](#_bookmark0)
2. [REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO 10](#_bookmark1)
   1. [HISTÓRICO DAS ESCOLAS MILITARES 10](#_bookmark2)
      1. [Os exércitos do século VIII: os mercenários e os aristocratas 11](#_bookmark3)
      2. [Situação das escolas militares do século VIII: Escola rudimentar e de berço 12](#_bookmark4)
      3. [Antecedentes do profissionalismo na Europa 13](#_bookmark5)
      4. [O aparecimento das instituições profissionais: O desenvolvimento das escolas militares 14](#_bookmark6)
   2. [FUNÇÃO SOCIAL PROPRIAMENTE DITA 17](#_bookmark7)
      1. [Conceito de profissão 17](#_bookmark8)
      2. [O oficial profissional 19](#_bookmark9)
      3. [A definição de ethos 22](#_bookmark10)
      4. [A Identidade Militar 24](#_bookmark11)
      5. [Relação entre a politica e a profissionalização do exército 26](#_bookmark12)
   3. [HISTÓRICO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS 26](#_bookmark13)
      1. [Escola militar da praia vermelha 27](#_bookmark14)
      2. [escola militar de Realengo 29](#_bookmark15)
      3. [Academia Militar Das Agulhas Negras 32](#_bookmark16)
3. [RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS 33](#_bookmark17)
   1. [RESULTADO E ANÁLISE DA ESPECIALIZAÇÃO E DA EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA 33](#_bookmark18)
   2. [RESULTADO E ANÁLISE DO O ETHOS MILITAR, IDENTIDADE MILITAR E DO DISTANCIAMENTO DE QUESTÕES POLITICAS. 40](#_bookmark19)

[.....................................................................................................................................40](#_bookmark20)

[4 CONCLUSÃO 46](#_bookmark21)

[REFERÊNCIAS 48](#_bookmark22)

# INTRODUÇÃO

Atualmente, os conflitos armados evoluirão de tal forma que tornaram-se extremamente complexos, Rompendo com paradigma Clausewitziano. Conforme Pimentel(2003), a consolidação das ideias de William Lind por Alessandro Visacro afirma que os conflitos atuais têm como características um ambiente de incertezas, configuração difusa e não ocorrem mais somente entre estados já que elementos não estatais tornaram-se ameaças a segurança nacional. Mediante a esse cenário, a necessidade de um corpo profissional de oficiais, no sentido oposto ao de amador, é de fundamental importância na condução das atuais operações militares. Para isso, o presente trabalho busca avaliar a importância da escola militar de formação de oficiais combatentes de carreira na construção do profissionalismo do exército brasileiro.

# REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

* 1. HISTÓRICO DAS ESCOLAS MILITARES

O surgimento do corpo de oficiais como organismo autônomo ocorreu de forma gradual ao longo do século XIX. Tal fato destaca-se nas guerras napoleônicas onde os oficiais começaram a adquirir uma técnica especializada que os diferenciavam dos antecessores. Antes de 1800 não existia o oficialato como profissão pois para os aristocratas, a guerra era uma espécie de passatempo no qual buscavam no combate a honra e a aventura e os mercenários, que eram outro tipo de oficial da época, era apenas um negócio. O século XIX foi um período de transição na qual as forças armadas começaram em todo mundo a ser comandada por oficiais profissionais no qual tinham como meta profissional o serviço especializado. Conforme Huntington(2016), o surgimento do fato mencionado anteriormente estava atrelado ao desenvolvimento de fatores ocorrido durante esse período no qual são: mudança nos critérios para acesso ao oficialato, mudança nos meios de ascensão profissional, o desenvolvimento do sistema educacional militar , o desenvolvimento do espírito militar e a competência gerais do corpo de oficiais.

Com isso, percebe-se como o surgimento e desenvolvimento das escolas militares no século XIX impactou na formação de um corpo de oficiais profissional ,visto que, de

acordo com Huntington(2016) as escolas militares exerce influência tanto no acesso ao oficialato como também no lastro cultural e na especialização do oficial. Nos textos A seguir, será analisado a ascensão do profissionalismo no corpo de oficiais dessa época e como a mudanças na estrutura do ensino militar desse período contribuíram para essa classe de profissionais, para isso, a França, a Prússia e a Inglaterra serão usadas para ilustrar a evolução desse profissionalismo nas forças armadas, visto que, esses países eram grandes potências militares da época e foram os pioneiros da profissionalização.

# Os exércitos do século VIII: os mercenários e os aristocratas

Exércitos comandados por oficiais já existiam antes de 1800, assim como algumas escolas militares, entretanto o profissionalismo inexistia nesses exércitos. Durante o feudalismo, os exércitos eram predominantemente comandados por mercenários. Percebe-se que durante tal período, o oficialato era como ser um empresário no qual a função era organizar uma campanha de homens por um determinado preço. Nesse momento, os exércitos não possuíam unidade de comando já que cada fração de mercenários tinham um comandante específico. Oficiais Mercenários eram individualistas e não incentivavam um espírito corporativo e nem padrões comuns entre os homens pois eles competiam entre si num mesmo exército. Indisciplina e irresponsabilidade também era comum entre os soldados desses mercenários.

Com o fortalecimento dos monarcas no decorrer da história, houve a necessidade de se constituir um exército permanente para poder consolidar o poder dos mesmos, por isso o oficial mercenário começou a ser substituído pelo aristocrata. Um marco que mostra o fim desse sistema foi na Guerra dos Trinta anos(1618 – 1648) conforme mencionado por Huntington(2016). Com essa substituição, o poder militar deixava de estar no setor privado e passava a ter domínio estatal, havendo com isso a criação de instituições estatais, a citar as escolas militares criado por França e Prússia em meados do século XVIII. Mesmo com as mudanças que ocorreram nesse século, não houve impactos relevante nos padrões profissionais dos militares. Huntington(2016) menciona que para os aristocratas, o oficialato era um status definido na sociedade e tal situação fica evidente ao analisar a Inglaterra do século XVIII uma vez que as admissões ao cargo de oficial e promoções na carreira era feita através de compra de postos pelos aristocratas ingleses.

Nesse período, os cargos de oficiais eram monopolizados pela nobreza uma vez que o critério de admissão desses postos eram a linhagem sanguínea do indivíduo. A exceção disso eram as armas técnicas de artilharia e engenharia e os oficiais mercenários remanescente. Só a partir do século XIX, tendo como pioneira a Prússia, que o oficial aristocrata amador começou a ser substituído pelo oficial profissional.

# Situação das escolas militares do século VIII: Escola rudimentar e de berço

Houve no século VIII o um avanço no meio militar, entretanto, isso não impactou de forma significativa no profissionalismo dos mesmos como foi mencionado no texto anterior. Não houve evoluções significativas nos critérios profissionais estabelecidos por Huntington(2016) e dentre eles destaca-se as escolas militares já que estás eram extremamente rudimentares. Num exército profissional essas instituições exercem papel fundamental na seleção dos integrantes que serão admitidos ao cargo de oficiais como também na formação militar. Entretanto, os critérios de ingresso ao oficialato e as escolas militares eram deficientes no século VIII e isso era um dos fatores que impactava na permanência do amadorismo nos exércitos desse período.

O ingresso ao oficialato tinha como critério berço e bens pois as armas combatentes eram restritas aos aristocratas. Huntington(2016) escreve que, na prussia, em 1806, em um quadro de 7100 oficiais somente 700 destes eram plebeus e todos eram de ramos técnicos. Ele também relata que Na frança em 1789 em um total de 9278 oficiais, 6353 eram nobres. A Inglaterra era um pouco diferente, pois nela não só importa o status social mas também as riquezas, já que a compra de postos era algo não somente exigido no ingresso ao oficialato como também nas promoções militares. De acordo com Huntington(2016), esse critério só começou a mudar em 6 de 1808, com o decreto do governo prussiano no qual definia padrões mínimos de profissionalismo na nomeação de oficiais.

A educação militar era outro padrão muito deficiente, pois a formação de oficiais combatentes de acordo com Huntington(2016) era incompatível com requisitos de comando dos aristocratas no qual acreditavam ser apenas os dons inatos de coragem e honra. Cabe destacar também que o conteúdo militar ministrado nessas escolas não possuia padrões mínimos de conhecimento da ciência militar. Dessa forma de acordo com o primeiro fator, a formação militar se tornava desnecessária e com segundo se tornava

impraticável. Nesse período existiam dois tipos de escolas de formação: as escolas para nobres e as escolas de formação técnica.

A primeira ministrava uma instrução básica para oficiais de origem aristocrata. Conforme mencionado por Huntington(2016), incluía-se nessa categoria a escola de École Militaire de Luiz XV, fundada em 1751, a Ritter Akademie de Frederico, o Grande, fundada em 1765, e a Escola naval inglesa criada em 1729. Uma situação comum nessas escolas era o baixo nível de instrução e a qualidade precária dos alunos. Já o segundo tipo era as escolas de cunho técnico que visava preparar os alunos de artilharia e de engenharia. Mencionado por Huntington(2016) na qual era composta por maioria burguesa. Essas escolas eram as únicas que ofereciam alimento ao exercício intelectual. Vale citar que essas escolas não entravam em conflito com a teoria de que os aristocratas comandavam devido as suas qualidades hereditárias. Percebe-se por fim que nessas duas categorias de escolas militares, não existia uma ciência militar de interesse geral para todos os oficiais participantes do combate, algo que posteriormente se desenvolverá nos exércitos profissionais no mundo inteiro, tendo como pioneira a Prussia a partir do século XIX.

# Antecedentes do profissionalismo na Europa

“Se fosse necessário dar uma data precisa da origem da profissão militar, o dia 6 de agosto de 1808 teria de ser escolhido.”(HUNTINGTON, 2016, p.49).Tal citação demonstra o marco do início do profissionalismo no qual a Prussia foi a pioneira com a divulgação de um decreto governamental a cerca de padrões básicos de profissionalismo na nomeação de oficiais. Influenciada pelas obras de Scharnhorst, Gneisenau e Grolmann, houve na Prússia uma série de debates e mudança de pesamento que fez com que rompe-se com o tipo de exército do século XVIII. A partir desse momento houve inúmeras mudanças na Prússia e em diversos outros países que fomentaram o desenvolvimento dos exércitos profissionais, todavia, para que isso ocorre-se houve uma série de antecedentes que possibilitaram a ruptura com o século anterior.

De acordo com Huntington(2016) o crescimento demográfico nos séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento tecnológico, o início da industrialização e o avanço do urbanismo contribui para o aumento da especialização funcional e divisão de trabalho em diversas esferas da sociedade, incluindo as forças armadas. A guerra passava a ser algo complexo

e os exércitos tornaram-se maiores e compostos de elementos diversificados com diferentes especialidades. Com isso houve a necessidade de uma especialização sólida para ser administrador eficiente da violência para a defesa externa do país. Também tornou-se necessário diferenciar as atividades policiais e politicas das funções do oficial de forças armadas já que não era possível conciliar o conhecimento de administração da violência com as negociações de estado e do emprego da força para a manutenção da ordem interna.

Percebe-se que os fatores mencionados por Huntington(2016) tornaram a função do oficialato algo extremamente especializado e a competição somado as ameças existentes entre os estados tornaram esse organismo autônomo e permanente, dedicando-se aos interesses da segurança nacional.

# O aparecimento das instituições profissionais: O desenvolvimento das escolas militares

A partir de 1800, houve a evolução do profissionalismo em inúmeros exércitos no mundo. Isso ocorreu porque segundo Huntington(2016) houve surgimento das promoções por merecimento e desempenho, um sistema aprimorado e eficiente de estado maior, senso de unidade e responsabilidade corporativas, entre outros fatores. Dentre os fatores do profissionalismo cabe destacar duas grandes alterações que tem relação direta com as escolas militares: as alterações no ingresso ao oficialato e o desenvolvimento do ensino militar na formação inicial.

“O único título a dar direito a um posto de oficial será, em tempo de paz, o da educação e conhecimentos profissionais; em tempo de guerra, bravura e percepção exímias. De qualquer parte da nação, portanto, todos os indivíduos que possuam essas qualidades estão habilitados aos mais altos postos militares. Fica abolida toda distinção de classe anteriormente existente. todo homem, independentemente de suas origens, tem iguais deveres e iguais direitos”( HUNTINGTON, 2016, p.50).

Esse é um decreto na qual o governo Prussiano elimina em 06 de agosto de 1808 os pré-requisitos aristocráticos para o ingresso ao oficialato e além disso restringiu o acesso a essa função aos integrantes oriundos das escolas militares em tempo de paz. Entretanto, as considerações aristocratas continuavam significativas, visto que, conforme Huntington(2016), os regimentos de guarda mais elitizados, eram de modo geral, exclusivos a aristocracia prussiana. Em contra partida, houve uma significativa redução da

aristocracia prussiana a partir desse decreto uma vez que as armas técnicas continuavam em domínio burguesa e as unidades de linha regular se dividia em partes mais ou menos iguais. Huntington(2016) expõe que houve, depois de 1815, um declínio de oficiais aristocratas de cerca de metade para cerca de um terço e depois disso houve um aumento substancial ao longo do tempo ao ponto de nas vésperas da primeira guerra mundial serem cerca de doís terço da oficialidade. Apesar dessa situação, era exigido dos futuros oficiais no ingresso um diploma do ginásio ou na falta disso ,tinham que passar num rigoroso exame intelectual e isso assegurava que os oficiais da Prússia tivessem uma competência básica independente da sua origem segundo Huntington(2016).

A França por sua vez, eliminou as condições aristocratas no ingresso devido a revolução francesa, apesar de, durante o fim da revolução ocorrer uma pressão fracassada de retorno ao antigo sistema. Huntington(2016) menciona que “ Saint Cry” logrou êxito em consolidar os princípios profissionais no ingresso ao oficialato uma vez que era feito pela competição entre as escolas militares ou das fileiras de sargentos. Tal situação se estendeu também pela marinha francesa. Nessa época, havia um grande número de oficiais aristocratas nas forças armadas francesas, entretanto, essa situação ocorreu devido o interesse das famílias aristocratas francesas pelos cargos de oficiais pois já existia no ingresso o estabelecimento de padrões profissionais. Esses padrões existiam porque o ingresso nas escolas militares francesas era por meio de exames eliminatórios e era exigido dos candidatos a passagem pelas escolas básicas do país De acordo com Huntington(2016). A lei e a legislação subsequente de “Saint Cyr” determinavam que de um a doís terço dos oficias viessem das escolas militares e o resto das fileiras de sargento que tivessem um tempo de serviço de no mínimo de quatro anos. Nessa situação, Huntington(2016) expõe a importância das escolas militares na ascensão ao oficialato pois os oficiais oriundos das escolas possuíam um lastro cultural adequado ao cargo, além de possuírem uma formação técnica e isso era fundamental no aprofundamento da ciência militar ao longo da carreira.

No território inglês as condições aristocratas perduraram por mais tempo em relação a França e a Prússia. Segundo Huntington(2016), as primeiras mudanças ocorreram com a criação do Royal Military College de Sandhust em 1802. Para cursá-la era necessária a indicação de um comandante chefe, entretanto, a promoção ao oficialato não necessitava mais de compra de posto como era feita no antigo sistema. Mesmo com

essa escola, somente em 1871 que houve a exclusão total dos critérios aristocratas junto com o sistema de compra de postos no exército britânico. Huntington(2016) explica que na marinha inglesa ocorria um sistema de apadrinhamento, no qual o comandante de navio indicava homens da sua tripulação para o oficialato, e isso foi perdendo força no mesmo momento do enfraquecimento do sistema de compra de postos. Por fim, percebe- se que foi necessário haver a eliminação dos pré-requisitos aristocráticos de ingresso para haver a evolução do profissionalismo, além de ser necessário estabelecer requisitos como: exigência de um nível básico de formação profissional, exigência de um nível básico de competência e a exigência mínima de educação geral que fosse ministrada em instituições dirigidas por civis de acordo com Huntington(2016).

O outro fator do profissionalismo de destaque que tem vinculo direto com as escolas militares é a evolução do ensino militar. Conforme mencionado no texto anterior, somente as escolas das armas técnicas do século VIII forneciam conteúdo acadêmico significativo para cumprimento adequado das atividades inerentes aos oficiais de engenharia e artilharia, visto que as escolas de oficiais combatentes possuíam um ensino militar precário. Somente a partir do século XIX, que os primeiros reformadores prussiano enfatizavam que as escolas militares tivessem um ensino militar geral somado a uma educação especializada para as funções de oficiais, de acordo com Huntington(2016). Isso no início se misturava de forma confusa mas em 1844 foi separado de forma mais séria a educação geral das matérias da especialização do oficial na Prússia. Na Prússia, a educação geral era fornecida pelos ginásios, por escolas que preparavam os alunos para todas as carreiras ou por escolas militares de cadetes para filhos de ex oficiais ou alunos que ingressassem nela a partir dos 10 anos ou dos 15 aos 16 anos. Essas escolas de cadetes eram compostas de matérias sobre artes liberais, forneciam a disciplina militar e eram sustentadas pelo estado, entretanto, sua educação geral era inferior aos ginásios e haviam por partes de muitos militares questionamentos a cerca da sua necessidade. Quanto ao ensino militar, era exigido de todos os inscritos, exceto aqueles que eram eram destaques nas escolas de cadetes militares, servissem por seis meses nas fileiras, depois tinham que frequentar nove messes as escolas divisionárias para receberem treinamento militar e por fim, tinham que passar num exame técnico- profissional para ser promovido de alferes a oficial.

Na França, Huntington(2016) menciona que existiam três tipos de instituições de ensino militar na formação inicial do oficial, a citar: A École Polytechnique que era responsável pela formação dos oficiais de engenharia e artilharia, bem como os oficiais de artilharia, arquitetos navais e outros especialistas técnicos da marinha; A Escola Militar Especial em Fontainebleau que depois foi transferida para Saint Cyr no qual era responsável pela formação dos oficiais de infantaria e cavalaria e as escolas navais fundadas em Brest e Toulon em 1810. Huntington(2016) aborda que a escola de École Polytechnique e a escola em Saint Cyr tinham uma formação de dois anos no qual o primeiro ano eram matérias exclusivamente científicas e o segundo ano matérias preferencialmente militares, já na escola naval de Brest, os alunos estudavam matérias gerais e militares por dois anos e depois faziam uma prática de um ano a bordo de um navio escola.

* 1. FUNÇÃO SOCIAL PROPRIAMENTE DITA

# Conceito de profissão

Na obra “o soldado e o estado”, Huntington(2016) apresenta uma definição para o conceito de profissão e além disso, ele busca diferenciar isso de outras atividades remuneratórias no qual é considerado profissão pela sociedade. De acordo com o autor, pode-se definir profissão como:

Uma profissão é tipo peculiar de grupo funcional com características altamente especializadas. Escultores, estenógrafos, empresários e redatores de publicidades, todos executam funções distintas, mas nenhuma delas é de natureza profissional. Profissionalismo, entretanto, é característica do moderno oficial, bem como do médico ou do advogado. É o profissionalismo que distingue o oficial de hoje dos guerreiros do passado.( HUNTINGTON, 2016, p.25)

Esse conceito de profissão estabelecido pelo autor possui três características importantes. Estas características são: a especialização, responsabilidade social e a corporatividade.

Conforme a explicação de Huntington(2016) a especialização consiste em um conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos através de uma instituição de ensino superior somado a experiências prolongadas no campo de atuação no qual o indivíduo foi preparado. Esse é um tipo de educação que se adquire através de conhecimentos, que são preservados pela escrita com o decorrer dos anos e também são desenvolvidos por

métodos científicos. Esses conhecimentos é a soma de um grande lastro cultural somado a outros que são específicos para exercer a profissão em questão.

Se a especialização apresentada acima possuir um contexto social no qual a atividade do indivíduo seja essencial a existência ou funcionamento imediato da sociedade, então a atividade se enquadrará na segunda característica de profissão apresentada anteriormente que é a responsabilidade social. Tal característica faz com que muitas atividades remuneratórias não sejam consideras atividades profissionais pelo autor, mesmo que seja necessário uma formação acadêmica para desenvolvê-las, a citar o pesquisador químico conforme Huntington(2016). A responsabilidade social existe porque o conhecimento e habilidades necessários ao funcionamento imediato da sociedade são monopolizados por um grupo de especialistas e por isso tais indivíduos têm o dever de contribuir em favor do coletivo, não podendo barganhar a execução de sua atividade profissional por proventos financeiros, conforme Huntington(2016). O autor enfatiza que o profissional sofrerá uma espécie de coerção no momento que este se recusa a aceitar essa responsabilidade social.

Em relação a terceira característica, é abordado a necessidade de existir uma corporatividade para determinada atividade ser considerada como profissional. Essa corporatividade é compreendida como:

Corporatividade. Os membros de uma profissão têm em comum a sensação de unidade orgânica e de autoconsciência como um grupo que difere dos leigos. Essa sensação coletiva tem origens na disciplina diuturna e no treinamento indispensável à competência profissional, bem como no vínculo comum de trabalho e na solidariedade com uma responsabilidade social única.(Huntington, 2016, P,25)

A junção das características especialização e responsabilidade social forma o que o autor denomina de status profissional, que distingue publicamente os profissionais dos leigos e identifica-os num grupo de especialistas, de acordo com Huntington(2016). Com essa corporatividade ocorre a formação de organizações profissionais que podem ser associativas (são aquelas que os militantes trabalham independentemente e podem não ter contato direto com colegas de trabalho ou clientes, entretanto possuem normalmente um código escrito de ética que normatiza o trato que estes profissionais devem ter em relação aos outros integrantes da profissão e dos clientes.) ou burocráticas (são aquelas no qual os integrantes pertencem a uma organização normatizada e necessitam de alto grau de especialidade para poder prestar serviços a sociedade). É através dessas

organizações profissionais que se consegue realizar a identificação dos integrantes e separação dos leigos.

Já na obra “Revista Brasileira De História da Educação”, Mendonça, A. W. P., e Cardoso, T. M. R. F. L. (2012) ao citar Hagen, afirmam que a profissão é uma atividade que atingiu um patamar superior as demais atividades e deve servir de modelo as mesmas. É um símbolo honorífico que possui as seguintes características: o monopólio de um conhecimento esotérico, é importante para a sociedade, é adquirido em um processo longo e difícil, essa atividade é controlada pelos integrantes desse grupo profissional e esse grupo segue um código de ética e desfruta de uma posição social elevada. Já na obra “A socialização: construção das identidades sociais e profissionais”, Dubar(1997) explica profissão como uma transferência legitima de parte de algumas funções da sociedade para subgrupos sociais capacitados. Essas funções fazem com que haja uma relação sagrada entre esses subgrupos com toda a sociedade. Para haver essa transferência dessas funções é necessário uma certificação por meio de diplomas no qual significa a autorização para executar uma atividade(license) e a obrigação legal de assegurar essa função específica(mandato). Dubar ao analisar a obra de Hugles estabelece esses subgrupos profissionais como:

Se o grupo profissional é, sem dúvida, segundo ele “aquele que reivindica o mandato de selecionar, formar, iniciar e disciplinar os seus próprios membros e de definir a natureza dos serviços que deve realizar e os termos nos quais devem ser feitos” e se esse mandato tem a ver “ com certas funções sagradas que envolvem o segredo”, então esse mandato é, necessariamente, acompanhado de um desenvolvimento de uma “ filosofia”, de uma “visão de mundo”, que inclui os pensamentos, valores e significações envolvidas no trabalho( DUBAR, 1997, P. 134)

Percebe-se então uma similaridade entre as características profissionais apresentadas por Huntington(2016) e os outros autores visto que a responsabilidade social, as especialização e a corporatividade são mencionados pelos outros autores também. Mediante a essas características, será analisado partir do próximo texto se a função de um oficial de forças armadas pode ser considerada uma atividade profissional na sociedade.

# O oficial profissional.

Em “O soldado e o estado”, Huntington(2016) explica os motivos das forças armadas modernas serem mais eficientes em relação ao passado. Ele menciona que tal

motivo é devido o fato das funções do corpo de oficiais serem consideradas atividades profissionais, sendo elas enquadrada nas características da profissão mencionadas no texto anterior. Huntington(2016), ao citar Harold Lasswell, busca definir a especialização do oficial como “administrador da violência” e ressalta que para cumprir essa função de forma bem sucedida é necessário possuir habilidades e conhecimentos oriundos de um estabelecimento de ensino superior que capacite o mesmo a cumprir tal tarefa. Planejar e dirigir as operações dentro e fora do combate, organizando, equipando e treinando as forças para realizar um combate eficiente, necessita de um conhecimento vasto em inúmeras áreas. Huntington(2016) explica que o oficial ,como administrador da violência, deve possuir conhecimentos e habilidades adquiridos através de uma educação superior militar como também experiência para realizar tal tarefa. É enfatizado que quanto maiores e complexas forem as organizações militares que o oficial for comandar e quanto mais complexas forem as situações de emprego dessa fração, maior será a necessidade especialização do mesmo.

Outra característica a destacar é a responsabilidade social desse grupo que ocorre por dois fatores segundo Huntington(2016): somente os oficiais possuem a especialização necessária para administrar de forma eficiente a violência e o segundo motivo é devido o estado possuir o monopólio da violência legitima, impedindo outros indivíduos de realizar a segurança nacional e com isso criando uma relação de dependência da sociedade com as instituições militares.

O corporativismo do quadro de oficiais é visto já que essa é uma profissão pública burocratizada. O quadro de oficiais é restrito a membros de um organismo burocrático rigorosamente definido. Conforme o autor, “ os imperativos funcionais de segurança dão origem a instituições vocacionais que moldam o oficialato em um grupo social autônomo”( HUNTINGTON, 2016, p.34). É uma estrutura corporativa que vai além de uma organização burocrática oficial, possuindo também costumes, tradições e associações que são próprias desse grupo.

Já Janowitz(1967), ao analisar o aumento da eficiência das forças armadas dos EUA no século passado, concorda com os critérios do profissionalismo apresentados por Huntington(2016), entretanto, ele acrescenta outros fatores que julga serem fundamentais no aumento da eficiência das forças armadas. Janowitz(1967) apresenta 5 preposições básicas do profissionalismo, sendo essas: A menor diferença de qualificação entre civis e

as elites militares, modificação no recrutamento dos oficiais, autoridade organizacional cambiante, significado do modelo de carreira e tendências na doutrinação politica. No primeiro e no segundo fator há um alinhamento das ideias de Janowitz(1967) com as de Huntington(2016) pois o autor em sua obra “O soldado profissional” destaca que há uma necessidade do oficial profissional se alinhar cada vez mais com as qualificações e orientações comuns aos administradores civis. O autor explica que, cada vez mais, há especialistas técnicos nas forças armadas e cabe ao oficial saber gerenciar os recursos humanos e matérias para o cumprimento de missões de forma eficiente e eficaz. Também é enfatizado a necessidade do comandante militar desenvolver uma capacidade de relações públicas e de adquirir maior orientação politica a fim de explicar os objetivos das atividades militares a seus subordinados. Há um alinhamento também dessas ideias com as de Huntington(2016) quanto ao recrutamento dos oficiais já que para Janowitz(1967) foi fundamental a redução da representatividade da aristocracia no oficialato como também permitir a participação de forma mais ampla e representativa da população como um todo nesse recrutamento. É mencionado que isso faz com que a elite militar tenha um prestígio no sentido de a sociedade se sentir representada nessa parte do grupo social e não ser mais restrito a determinados grupos sociais. Quanta as outras preposições, Janowitz(1967) diz que o fato de haver uma mudança na autoridade organizacional foi importante para um melhor desempenho das forças armadas. É notório que uma organização militar é estratificada e autoritária em virtude da necessidade de comando e das possibilidades de guerra. Antes afirmava-se que um comando militar não podia tolerar uma administração informal para poder atuar com eficiência, mas com a evolução do combate os comandantes diminuíram o interesse numa disciplina rígida e buscam a manutenção de elevados níveis de iniciativa e moral dos subordinados.

O autor também estabelece numa outra preposição, os questionamentos sobre a necessidade de o indivíduo seguir uma carreira padrão com alta competência para ingressar na elite profissional. É abordado que uma carreira não convencional proporciona, dentro de certos limites, uma pre disposição para inovação, ou, pelo menos uma crítica do funcionamento do estabelecimento militar. Isso implica dizer que o oficial passou por uma experiência e qualificação nova no qual possibilita algo mais amplo do que aquilo fornecido numa carreira rotineira. Entretanto, o autor aborda que dentro dessas elites somente uma minoria apartaram-se de suas carreiras-padrão e também é abordado

que a elite adquiriu conhecimentos de liderança necessário para relações interpessoais, tomada de decisões estratégicas e negociações politicas através de carreiras-padrão que enfatizam tarefas técnicas. Isso demonstra a importância na fé de uma carreira-padrão dentre das forças armadas. Por fim, Janowitz(1967) aborda que as tendências na doutrinação politica foi um fator fundamental do profissionalismo uma vez que o oficial desenvolveu uma mentalidade que sua profissão não o prepara somente para ser um técnico militar e que este tem um dever social, isso faz com que segundo o autor se desenvolva um gênio politico mais explícito de fundamental importância para o desenvolvimento da força. Tais orientação politicas são: no nível interno o pensamento politico influência as atividades da instituição, buscando influenciar as decisões legislativas e executivas no que tange os assuntos de segurança nacional. E na politica externa abrange as consequências das ações militares, no que se refere ao equilíbrio do poder frente ao cenário internacional e as ações de estados estrangeiros. Cabe ressaltar que essas duas formas de pensamento politico estão entrelaçados.

Cabe destacar também as ideias de um autor contrário a Huntington que é Samuel Finer. Conforme Oliveira(2015), em sua tese de mestrado, Finer discorda que os padrões profissionais das forças armadas esteja ligada ao fato das funções do oficial estar ligado as características profissionais apresentados anteriormente. Para esse autor os padrões profissionais de uma tropa são definidos, segundo Oliveira(2015), pela hierarquia, comando centralizado, disciplina, intercomunicação e “espirit corps”.

# A definição de ethos

Conforme a dissertação de mestrado de Nogueira(2014), uma possível definição para Ethos seria:

“de maneira geral, os traços característicos de um grupo social específico do ponto de vista sócio-cultural, que o diferencia dos outros grupos, e que assim, esta vinculado a um valor de identidade social de uma categoria social específica.”( NOGUEIRA, 2014 p.67)

Ethos então seria algo que identifica um individuo em determinado grupo e que também possui a atribuição de unir tais integrantes. Outros autores compreende que tal palavra tem mesmo significado que a palavra ética, a citar Chauí (2003) que aborda a etimologia do termo Ethos da seguinte forma:

“Na língua grega existem duas vogais para pronunciar e grafar nossa vogal e: uma vogal breve, chamada épsilon, e uma vogal longa chamada eta. Éthos, escrita com a vogal longa, significa costume; porém, se escrita com a vogal breve, éthos, significa caráter, índole natural, temperamento, conjunto das disposições físicas e psíquicas de uma pessoa. Nesse segundo sentido, éthos se refere às características pessoais de cada um, as quais determinam que virtudes e que vícios cada indivíduo é capaz de praticar.” (CHAUÍ, 2003, p. 320).

No caso de Maingueneau(2008), ele acredita que o termo adquire diferentes formas e conceitos a depender do contexto que ele é usado. Seu significado para o autor varia e não há como pensar numa forma específica e única de utilização do termo, pois o mesmo se presta a múltiplas aplicações.

“De fato, esse termo ethos– de resto, não mais que sua tradução mores em latim – não tem um valor unívoco em grego. Há um sentido pouco especificado que se presta a múltiplos investimentos: na retórica, na moral, na política, na música [...] Mesmo que só consideremos os textos de Aristóteles, constatamos que o ethos é objeto de diferentes tratamentos na Política e na Retórica. Na Ética a Nicômano ou na Política, **trata-se efetivamente do ethos característico de um grupo, de seus traços de caráter, suas disposições estáveis**.” (MAINGUENEAU, 2008, p.15, grifo nosso).

É importante também destacar a ideia de weber, pois o mesmo refere que o homem entendi o mundo a partir de seus valores e também os compartilha, porém o mesmo compreende que esses valores ,que seria o ethos, são inculcados de modos distintos nos indivíduos conforme o processo de interação em que ele está inserido. A citar:

[...] um mesmo meio cultural pode assumir significados diferentes para os diferentes indivíduos nele imersos e, no momento da ação, ocasionar diferenças de comportamentos conforme o modo de assimilação dessa cultura, e, sobretudo conforme **os diferentes tipos de racionalidade empregados pelos indivíduos.** (WEBER, apud RODRIGUES, 2004, p. 61, grifo do autor).

Alguns como C. Kerbrat-Orecchioni entendem que ethos seria hábitos locucionais partilhados por membros de uma comunidade.

“Tal “ethos coletivo” constitui, para os locutores que o partilham, um quadro invisível e imperceptível. **É muito razoável supor que os diferentes comportamentos de uma mesma comunidade obedecem a uma certa (sic) coerência profunda e, então, esperar que sua descrição sistemática permita distinguir o “perfil comunicativo”, ou ethos, dessa comunidade (ou seja, a sua maneira de se comportar e de se apresentar nas interações – mais ou menos caloroso ou frio, próximo ou distante, modesto ou imodesto, “sem constrangimentos” ou respeitoso do território alheio, suscetível ou indiferente à ofensa etc.).”** (KERBRAT-ORECCHIONI,1996, apud MAINGUENEAU, 2008, p.16, grifo nosso).

Assim, diante dessa exposição teórica, o termo ethos pode ser concebido como algo convencional, culturalmente transmitido e essencialmente praticado, como exemplo,

o ethos militar que está presente na ação da prática pedagógica militar conforme Nogueira(2014). Pode-se dizer que “esse ethos recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade” (MAINGUENEAU, 2008, p.17). Já Lima Vaz (1988, apud TAVARES, 2008) define ethos como um comportamento que é resultado de um contante repetir de mesmos atos. Dessa forma o ethos seria um movimento circular entre costumes se tornando ações, que se torna hábitos e que retorna aos costumes.

Dessa forma, diante de inúmeras exposições teóricas, o conceito de ethos pode ser sintetizado num sentido que atribui ao contexto militar como: “Ethos, em grego antigo, designa, antes de tudo uma maneira de se comportar, uma forma de viver. [De um indivíduo ou de um grupo de indivíduos]” (POL DROIT, 2012, p. 48); e, ainda, “[...] o ethos implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 18,).

# A Identidade Militar

Identidade é um conjunto de características que são próprios de uma pessoa, entretanto, é algo que vai além da mera descrição física de alguém. Isso é discutido em várias áreas do conhecimento como história, antropologia, sociologia, psicologia social, dentre outras. Portanto, somente “a partir de uma metodologia interdisciplinar podemos ter a dimensão de sua amplitude”, conforme Nogueira(2014, p.77). De Acordo com Nogueira(2014), pode se dizer que ela é dividia em duas: identidade estática no qual são as características imutáveis, individuais e permanentes dos indivíduos. Isso é o que diferencia o “eu” do “outro”. A segunda seria a identidade metamorfose que seria um conjunto de características que identifica um indivíduo em um determinado grupo. Trata- se de uma categoria com suas especificidades profissionais próprias em que os integrantes advogam para si uma identidade própria desse grupo, conforme Nogueira(2014). É a partir da segunda que será abordado a identidade militar no qual Huntington(2016) aborda como sendo o corporativismo. A citar o seguinte trecho:

Teoricamente, e pensando e bases internacionais, pode-se dizer que a identidade individual e os sentimentos de autoestima e satisfação de um soldado estão vinculados a seu senso de participação e integração em uma identidade coletiva maior. Um senso de honra compartilhado serve de ligação entre o soldado individual e a identidade coletiva ou corporativa. A formação da identidade pessoal

ocorre por meio da socialização, que envolve uma contínua revisão da autoimagem do indivíduo. O treinamento do Exército visa a transformar um civil de mentalidade independente em um soldado disciplinado cuja autoestima provém da fusão de sua individualidade com os coletivos e as exigências de sua Unidade. (IKEGAMI, apud MAcCANN, 2009, p.35)

De acordo Nogueira(2014), a identidade militar é similar a concepção de identidade psicossocial descrita por Ciampa(1984), no qual é pensada como um processo metamorfósico que estaria sujeita a diversas mudanças, mudanças essas que interferem no processo de formação de um indivíduo. O autor explica que todas as cerimonias do exército tem o objetivo de construir a identidade militar através do ethos militar.

**Essas cerimônias e símbolos permitem, através da evocação do passado, construir a identidade social do Exército, o sentimento de algo que permanece para além das mudanças**. Nesse processo, o próprio Exército inventa-se enquanto instituição. É necessário precisar desde logo o sentido em que uso a palavra “invenção”. Não se trata, em absoluto, de uma concepção do termo que denote algo supostamente falso ou mentiroso, por oposição a algo autêntico ou verdadeiro. Não há, portanto, qualquer julgamento de valor negativo na escolha dessa palavra. Minha perspectiva é parcialmente inspirada pela noção de “invenção das tradições”, consagrada por Eric Hobsbawm (CASTRO, 2002, p. 10, grifo nosso).

Esse ethos que é próprio dos militares serve para guiar a conduta profissional dos membros, além de ser também um código de conduta próprio e um sistema de linguagem único, com um vocabulário que os diferenciam e os tornam singulares, conforme Nogueira(2014), a citar:

Honra, dever, país e disciplina são lemas do vocabulário militar no mundo todo. O Exército czarista russo nas décadas de 1880 e 1890 mantinha tribunais de honra regimentares que determinavam como os oficiais ofendidos deveriam responder a insultos. Na Rússia “a defesa da honra era característica fundamental da identidade coletiva do corpo de oficiais. Um insulto à pessoa do oficial, a seu regimento, ao exército como um todo ou ao czar requeria resposta instantânea. Duelos de honra eram comuns em muitas sociedades do século XIX. (MAcCANN, 2009, p.36)

Também é característico da identidade militar um sistema organizacional padrão que segue o mesmo critérios das organizações burocráticas modernas. A burocracia moderna “Rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas” (WEBER, 1982, p. 229). Nessa burocracia moderna, as organizações militares têm na verticalização dos postos suas principais característica e sustentáculos, que são: A hierarquia e disciplina.

“Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores. [...] O princípio da autoridade hierárquica de cargo encontra-se em todas as organizações burocráticas: Estado e

nas organizações eclesiásticas, bem como nas grandes organizações partidárias e empresas privadas”. (WEBER, 1982, p. 230)

Por fim, diante desse arcabouço teórico, percebe-se que a atividade militar é distinta de qualquer outra atividade profissional, principalmente porque essa categoria não possui as mesmas garantias profissionais que são inerentes de outras profissões. Mediante a isso, é normal que os militares pensem, vejam e sintam-se diferentes dos demais membros da sociedade. A identificação pessoal de seus membros é própria da instituição, o fardamento visa diferenciá-los dos demais grupos sociais, a aparência dos integrantes é estimulada e imposta pela instituição e os gestos e comportamentos são controlados por ela, mesmo estando esses no meio civil, conforme Nogueira(2014).

Comum a todos os casos seria a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, através de recurso à invenção de cerimoniais e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico (CASTRO, 2002, p. 11)

# Relação entre a politica e a profissionalização do exército.

Ao se analisar as questões politicas e o profissionalismo das forças armadas, percebe-se que para Huntington(2016) é imprescindível que a luta de classes e o conflito politico fiquem longe das forças armadas, assim como, é necessário que a canalização da influência politica sobre as forças armadas seja feita por intermédio de uma instituição governamental formalmente aceita. Um oficial profissional deve estar imbuído de servir a nação e sua lealdade deve ser feita a uma única instituição governamental normalmente aceita como sendo a que transmite a autoridade de toda a nação de acordo com Huntington(2016). O autor explica que o profissionalismo fica prejudicado quando as forças armadas não sabem a qual autoridade devem seguir e reconhecer. Para compreender o conceito apresentado, Huntington(2016) menciona o exemplo do exército prussiano que teve o profissionalismo desenvolvido devido a aceitação do rei como chefe supremo das forças armadas e cita também os prejuízos na Grã-Bretanha que teve o retardo do profissionalismo nas forças armadas devido os conflitos sobre o comando dos militares existentes entre o parlamento e a coroa.

* 1. HISTÓRICO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

A partir desse momento será trabalhado o histórico das academias militares de oficias combatentes do exército brasileiro. Será elencados fatos históricos sobre as academias que impactaram significativamente a formação dos oficiais. Também será discutido como essas escolas se tornaram um local privilegiado para a transmissão das ideologias da força terrestre, como também a atuação das mesmas na formação da mentalidade militar e na construção da disciplina nos cadetes..

# Escola militar da praia vermelha

“O marco decisivo do ensino militar, com caráter de ensino superior destinado à profissionalização dos quadros, foi a criação da Real Academia Militar em 1810, por D. João VI, destinada a formar oficiais e engenheiros militares”(LUCHETTI, 2006 p.66)

É possível verificar com isso que o ensino militar passa ter relevância no Brasil com as ações adotadas por D. joão VI. Antes até exístia algumas escolas que eram responsável pela formação de oficiais, entretanto, o exército brasileiro considera o início da academia de formação de oficiais com a criação da Real Academia Militar. Luchetti(2006) menciona que em 1774 surge O curso de formação de Engenheiros Militares no Brasil. Posteriormente, em 1792, o ensino militar sofre transformação ao ser estabelecidas as condições para a transformação da Aula Militar do Regimento da Artilharia na Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho da cidade do Rio de Janeiro que ficava na casa do trem. A casa do trem foi sede da academia até 1812 pois as instalações da Real Academia Militar foi transferida nesse período para o largo do são francisco. Em 1822, a escola passa a ser chamado de Imperial Academia Militar, em 1833 foi chamado de Academia Militar de Marinha devido a incorporação da formação da marinha nessa escola. Em 1838 de Escola Militar, no qual houve separação definitiva da Marinha do Exército. Conforme Tavares(2008), a Real Academia Militar seguiu o modelo francês, no qual o ensino era preparado e constantemente atualizado pelo espírito renovador e progressista. A missão dessa academia era:

“A Academia tinha, portanto, dupla destinação: formar oficiais de artilharia, oficiais engenheiros, inclusive oficiais engenheiros geógrafos e topógrafos, aptos não só para as lidas militares, como para executar trabalhos em estradas, portos e canais e, ainda, formar oficias de Infantaria e Cavalaria”.(LUCHETTI, 2006 p.68)

Somente em 1858 que essa academia é extinta e através do decreto número

2.116 foi criada a Escola Central do Exército. Essa escola tinha dupla função, no qual era

formação de militares na Praia Vermelha e a formação de engenheiros civis do Brasil no Largo do São Francisco. Deve se atentar o seguinte em relação a Escola Central do Exército:

Em 1858, Em substituição à Academia Real Militar, foi criada pelo decreto número 2.116, de 1o de março de 1858, a Escola Central do Exército que, além de atender à dupla formação, de militares e de engenheiros, passou a funcionar em dois prédios diferentes: na Praia Vermelha, com a formação de oficiais, e no Largo de São Francisco, o centro de formação de engenheiros civis, o único do período. “Numa as matemáticas, as ciências físicas, o estudo da Engenharia; noutra o regime militar rigoroso, a ordem unida, o acampamento, o manejo das armas, a prática do tiro” (MOTTA, 1998, p. 113).

Quando se fala da escola militar da praia vermelha, deve se atentar os dizeres de Luchetti(2006) que mencionou o fato dessa escola ser eminentemente militar com um regime disciplinar rigoroso e cita as seguintes informações sobre ela:

A Escola da Praia Vermelha, de formação eminentemente militar recebeu o nome de Escola de Aplicação do Exército, e durante o período de 1855 a 1874 passou por várias reformulações que primavam na essência, pela regulamentação do currículo aplicativo de regime acentuadamente militar, pelos rigores da disciplina e regime de internato, com horários pré-determinados e rígidos, e pelo tempo dedicado ao estudo. A Escola Central do Exército, do Largo de São Francisco, no período compreendido entre 1855 e 1874, tratou da formação de engenheiros civis [...]. (LUCHETTI, 2006, p. 71-72).

Em 1874, o ensino de engenharia civil é desvinculado do exército e sua única base educacional passa a ser a da praia vermelha onde segundo Luchetti(2006) ocorria da seguinte forma:

A primeira delas [1874], conhecida como Regulamento Polidoro que desvincula do Exército a função de formação de engenheiros civis e centraliza numa só sede educacional (Praia Vermelha) os estudos militares. **Além disso, delibera sobre o currículo, teórico e prático, delimitando o tempo de formação dos cursos das armas de Infantaria e Cavalaria (2 anos), Artilharia (3 anos), Curso de Engenharia Militar (5 anos) e do Curso do Estado-Maior (4 anos), sendo, este último, voltado eminentemente para as atividades práticas.** (LUCHETTI, 2006,

p. 77, grifo nosso).

Com a reforma de 1890, passa a ser retomado os estudos preparatórios de três anos para que o indivíduo pudesse integrar essas escolas e o ensino profissional na praia vermelha passa a ser de cinco anos para infantes, seis anos para cavalarianos e sete anos para artilheiros, engenheiros e oficiais do estado maior. A formação de sete anos desses três últimos ocorria na Escola superior de Guerra (ESG) criado em 1889. É notado que houve segundo Luchetti(2006) uma perda de relevância do ensino prático militar com a amplitude dada ao estudo de ciências gerais. O oficial possuía uma grande formação

teórica com o regulamento de 1890, entretanto faltava uma instrução militar adequada para a formação desses oficiais.

Santos(2004) afirma em sua obra que essa escola é altamente influenciada pelas reformas de Benjamim Constant onde percebe-se que o curso preparatório de três anos, tinha o ensino de geografia voltado para a América do Sul e na parte de história era privilegiado a parte de história do Brasil. Na praia Vermelha, havia um curso geral de quatro anos para todos os cadetes, onde eram estudadas as ciências gerais da classificação de Augusto Comte. As armas de Cavalaria e Infantaria tinham sua especialização em um ano no qual se estudava os estudos profissionais da arte militar, da balística, de Direito e de Economia Política. Havia três cursos que eram específicos da especialidade do oficial no qual eram a artilharia, engenharia e o curso de estado maior. Esse currículo conforme Santos(2004), valorizava a formação científica dos oficiais e sofreu inúmeras críticas já que os militares achavam “bacharelesca” demais e os positivistas criticavam-na por não ter aproveitado para implantar integralmente os ensinos de comte. Para isso pode-se citar a crítica do Ministro da Guerra, Marechal Mallet, em que afirmava:

“ A instrução, hoje proporcionada, pode ser a mais completa, elevada e adiantada, a mais científica – não contesto nem discuto. O que posso garantir é que, absolutamente, não corresponde às necessidades da vida militar. Talvez prepare ótimos bacharéis em ciências, soldados é que não”( MOTTA,1976, p.289 )

A escola da Praia vermelha perdurou até 1904, sendo criado após isso a Escola Militar de Realengo. Ela apresentou muitos problemas como “[...] falta de professores, de livros, reprovações significativas, número reduzido de formandos e o crescente sentimento da sua inadequada prática pedagógica pelo teorismo exagerado e pela pouca atividade prática militar.” (LUCHETTI, 2006, p. 67).que só será solucionada com as reformas da Escola de Realengo

# escola militar de Realengo

“Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, abre-se e era do Realengo. Ela duraria quatro décadas, prolongar-se-ia até 1944. Ali, naquele modesto subúrbio do Rio de Janeiro, a República iria fazer os seus experimentos, em matéria de formação de oficiais para o Exército. Alí se refletiriam as preocupações do Ministro Mallet, tomariam corpo as reformulações do Ministro Hermes, os impulsos renovadores da “Missão Indígena”, o pensamento adulto da “missão Francesa””.(MOTTA,1976, p.269)

O seguinte trecho menciona a criação da escola de realengo no qual permaneceu nesse lugar durante algumas décadas. Realengo segundo Santos(2004) tinha o objetivo de unificar todas as escolas de guerra e de aplicação. Por quase quarenta anos, essa escola formou a elite de oficiais do exército brasileiro e sua criação pretendia desenvolver uma oficialidade profissional no qual insistia no ensino técnico e buscava maior afastamento do meio civil. Santos(2004) menciona que a escola buscou acrescentar no seu currículo o ensino prático militar, entretanto, apesar do maior afastamento politico buscando assim a profissionalização, era mantido na escola de realengo as ideias positivistas através de professores como Cândido Rondon, Tasso Fragoso, Antônio Prestes e Horta Barbosa. Cabe destacar que essas ideias fortalecia um pesamento que a nação deveria ser dirigidas por técnicos e não por políticos que desorganizavam o país conforme Santos(2004).

Também cabe destacar as ideias advindas de um grupo da jovem oficialidade do exército brasileiro, no qual estagiou no exército alemão entre o período de 1906 e 1912, que também iriam influenciar como instrutores os alunos da escola de realengo. Esses oficiais conhecidos como os jovens turcos de acordo com Santos(2004), traziam a ideia do exército apolítico e profissional, entretanto, tinham uma visão de um exército “civilizador” e “portador da missão de zelar pela unidade nacional”. A missão de influenciar os alunos a cerca da nova mentalidade profissional era conhecida como “Missão Indígena”.

“ O Ministro Caetano de Faria, confiando em nossa capacidade para dar ao Exército cunho moderno e eficiente, prontamente concordou em mandar para a escola militar uma turma de instrutores experimentados, alguns ex-estagiários do Exército Alemão, outros discípulos destes, que imprimiram no corpo de Cadetes uma silhueta nova, levando à perfeição os conhecimentos táticos de todas as armas. A esse grupo, que a verve militar batizou de **Missão Indígena**, deveu a Escola militar um passo largo no caminho traçado pelos elementos progressistas empenhados na renovação dos costumes militares”( MOTTA, 1976 p. 363, grifo do autor)

Esses oficiais influenciaram num ensino voltado nas atividades eminentemente militares em detrimento de uma formação humanística e critica que levassem os seus alunos a se envolverem em questões políticas.

“A organização do Regulamento da Escola Militar de 1913 tinha como objetivo continuar dando maior importância possível à instrução prática na formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, apesar de esbarrar na tradição do modelo teórico-cientificista. O novo Regulamento foi repercussão das pressões dos oficiais que estagiaram nos Corpos de Tropa da Alemanha, pela renovação da cultura militar. Em 1914, o Regulamento de 1913 sofreu algumas alterações em seus artigos, estabelecendo o ensino teórico-prático ou prático unicamente, ou

seja, significava que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, e se possível, sempre seguida de exemplos práticos.” (RODRIGUES, 2008, p. 217).

Cabe destacar que nessa escola houve inúmeras reformas que buscavam acompanhar a evolução do ensino de formação de oficiais. Rodrigues (2008) destaca que a primeira guerra mundial foi um marco divisório na história do Exército em relação ao desenvolvimento do ensino militar devido as inúmeras reformas que houve nesse período.

“A reforma de 1905, contextualizada pelo fim da revolta na Escola Militar do Brasil em novembro de 1904, foi mais uma tentativa para eliminar o excesso do chamado ensino teórico do currículo de ensino militar, procurando dar o máximo de relevo à instrução prática profissional. A reforma de 1913, como a anterior, buscava dar o máximo de atenção ao ensino prático. As reformas de 1918 e de 1919 foram consideradas por Jehovah Motta como dois Estatutos Gêmeos, pois estes regulamentos apareceram muito próximos no tempo, nas ideias e nos propósitos, e foram articulados ao desenvolvimento e ao fim da Primeira Guerra Mundial que, em tese, afetou muito a evolução do Exército Brasileiro, provocando reformas substanciais de estrutura, como o aumento de orçamentos da União”. (RODRIGUES,2008 p. 13)-

Santos(2004) menciona também a importância da missão francesa no fortalecimento dos objetivos da missão indígena, no qual em 1924, sob influência da Missão Francesa, foi instaurada a instrução física nos dois anos de ensino fundamental da Escola, sendo que antes por intermédio da Missão indígena, havia sido instaurado a esgrima, equitação e ginásticas nessa escola. A ideia da instrução física conforme Santos(2004) era fortalecer o ensino prático militar em realengo. Essa Missão foi de grande valia com o assessoramento necessário para o ensino militar. Tavares(2008) em seu texto demonstra sua importância para a época:

Para isso não bastava intensificar o trabalho dos quartéis e orientar as escolas militares dentro desse princípio. Era preciso realizar as reformas que modernizassem a organização militar, inspirando-se nos grandes exércitos modernos, e, até a vitória iría consagrar o exército francês na Primeira Grande Guerra, o que daria origem, mais tarde, ao contrato da Missão Militar Francesa, feito por Calógeras, os ensinamentos a aproveitar deveriam ser colhidos principalmente na Alemanha (TAVARES, 1985, p.126).

Por fim, é importante citar o Papel do Marechal José Pessoa na Escola de Realengo que foi fundamental tanto no desenvolvimento da identidade militar dos futuros oficiais como também no ensino militar. Luchetti(2006) aborda que sob o comando do Marechal José Pessoa a escola de Realengo passou por uma remodelação integral segundo modelos americano, francês e inglês.[...] “Essa remodelação dizia respeito aos aspectos de infraestrutura da escola, do uniforme, da administração escolar, instituindo o Departamento de Educação Física e criando o Corpo de Cadetes” (LUCHETTI, 2006, p 90). Ainda sobre os impactos dessa remodelação Hiram(1985) destaca a revalorização do

titulo de cadete, a instauração dos novos uniformes, do brasão do cadete, o espadim do cadete e o desenvolvimento do regulamento interno do corpo de cadetes que desenvolvia o culto a disciplina e regulava a boa conduta civil e militar. Grandes foram os impactos dessa remodelação no melhoramento do ensino e [...]” **As ousadas e inovadoras medidas desse programa deram suporte à mística da carreira militar**”(LUCHETTI, 2006, p 90, grifo nosso) que futuramente iría impactar também o ensino da Academia de Resende.

# Academia Militar Das Agulhas Negras

Conforme Luchetti(2006) a AMAN tem a finalidade de formar o oficial profissional dotado de e iniciativa, criatividade e adaptabilidade e com capacidade para o autoaperfeiçoamento. A AMAN assume papel fundamental na formação dos oficiais combatentes desde 1944 com a desativação da Escola Militar de Realengo e sua mudança para Resende. Antes a escola recebia a denominação de Academia Militar de Resende e somente a partir de 1951 que recebe a denominação de Academia Militar das Agulhas Negras. De acordo com Hiram(1985), o seu idealizador foi o Marechal José Pessoa que também foi responsável por inúmeras reformas na escola de Realengo que impactaram fortemente a acadêmia de Resende. Luchetti(2006) menciona que as reformas do Marechal foram nos seguintes setores: reformas na infraestrutura da escola, no uniforme, na administração escolar, instituiu o Departamento de Educação Física e criou o Corpo de Cadetes. O Luchetti(2006) explica como esses quesitos impactaram na futura academia que nascia em Resende:

“As ousadas e inovadoras medidas desse programa deram suporte à mística da carreira militar: o espadim, o pomposo uniforme, as formaturas grandiosas e a elevação da moral dos cadetes”(LUCHETTI, 2006, p. 90)

A AMAN tem por missão a qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo e ao emprego da Força Terrestre. Guedes(2016) menciona em seu trabalho que sua missão é formar os futuros chefes militares das armas, quadros e serviços do setor combatente do exército brasileiro. O autor explica que seu nome foi devido sua proximidade com o pico das agulhas negras, situada no parque nacional do Itatiaia. É citado também que o curso de formação nessa escola, atualmente, tem duração de cinco anos, sendo o primeiro ano na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em

Campinas-SP, e os quatro restantes na AMAN, sendo um ano de curso básico e três na especialização dentro das armas, quadros ou serviços. Em suma, a AMAN é o resultado final de todas as reformas que ocorreram nas escolas anteriores, no qual buscavam formar o oficial profissional que fosse afastado dos conflitos políticos partidárias existentes no país.

# RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS

A fim de verificar a importância das escolas militares de formação de oficiais combatentes na profissionalização do exército brasileiro, foram obtidos os seguintes resultados através da análise de fatos históricos a cerca dessas escolas no transcorrer do tempo. Para isso as escolas militares brasileiras foram divididas nos seguintes blocos: A Real Academia Militar, A Escola Militar da Praia Vermelha, A Escola Militar de Realengo e a Acadêmia Militar das Agulhas Negras. Na análise dos dados, foram verificados os impactos dessas escolas no desenvolvimento da especialização do oficial e na formação da identidade militar, como também, foram analisados os prejuízos ao profissionalismo do exército devido ao envolvimento em questões politicas por partes de alguns integrantes das escolas militares em determinado período da história.

* 1. RESULTADO E ANÁLISE DA ESPECIALIZAÇÃO E DA EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA Conforme Huntington(2016) a especialização é fruto da soma dos seguintes

fatores: O desenvolvimento do lastro cultural, Os ensinos dos conteúdos sobre a área de atuação do indivíduo e uma experiência prolongada na área de formação desse indivíduo. É de responsabilidade das escolas militares o desenvolvimento dos dois primeiros fatores, e ao se analisar a Real Academia Militar verifica-se o seguinte: o marco inicial [...] “decisivo do ensino militar, com caráter de ensino superior destinado à profissionalização dos quadros, foi a criação da Real Academia Militar em 1810, por D. João VI, destinada a formar oficiais e engenheiros militares”( LUCHETTI, 2006 p 66). O ensino dessa academia foi padronizado pelo modelo francês no qual era cuidadosamente preparado e constantemente atualizado buscando sempre a renovação e o progresso, através […] “de livros franceses atualizados “para elevar o nível da cultura de seus homens, dando-lhes acesso às ideias novas, que eram privilégio e monopólio exclusivos dos colonizadores ou

de poucos brasileiros premiados com o curso em Coimbra” (TAVARES, 1985, p.24). Essa academia permitiu que brasileiros natos assumissem a função de comando, em substituição aos portugueses. A academia tinha dupla função que era formar oficiais para compor o Exército nacional e engenheiros para atender as necessidades da Colônia. O curso de engenharia e artilharia tinha duração de sete anos e era dividido da seguinte forma: Conforme Luchetti( 2006), o primeiro ano era o preparatório no qual era composto de assuntos de níveis ginasial e colegial, do segundo ao quarto ano era a fase intermediária no qual eram tratados os assuntos de grau superior, ao mesmo tempo, propedêutico para os estudos militares e de engenharia e por fim do quinto ao sétimo ano era à profissionalização propriamente dita no qual utilizava-se livros de origem francesa. Já os cursos de infantaria e cavalaria tinham uma formação de dois anos no qual o primeiro ano tinha destaque na matemática elementar e o segundo ano tinha destaque nas disciplinas de Tática, Estratégia, Castrametação, Fortificação de campanha, reconhecimento do terreno e Química. Mediante ao que foi apresentado, ao se analisar o impacto da especialização dessa escola no profissionalismo do exército da época percebe-se o seguinte: Luchetti(2006) menciona que os conteúdos ministrados na Real Academia Militar pouco contribui para a eficiência do exército em combate. Ao correlacionar os estudos desenvolvidos pela Academia e as necessidades reais do Exército, o autor menciona que eram poucas as contribuições ou inexistente para o melhoramento em combate, é apresentado uma incompatibilidade entre a teoria de guerra dessa escola e as práticas necessárias na execução das missões das campanhas na Conforme Motta(1998):

As guerras se sucediam e a elas a Academia era imune, como se aquela casa do Largo de São Francisco fora torre de marfim onde não penetrassem os ecos do Rio da Prata, nem quaisquer preocupações com o destino da Cisplatina. **Ninguém foi para essas campanhas por ter tirado o curso da Academia, nada se ensinou nela, em conseqüência de experiência colhida naqueles campos de batalha. A Academia funcionava como centro de estudos parado no tempo, isolado das instituições militares vigentes, nada tinha a ver com os bons ou maus sucessos** (...) (MOTTA, 1998, p.35, grifo nosso).

É importante mencionar que a escola também apresentava problemas referentes a “[...] falta de professores, de livros, reprovações significativas, número reduzido de formandos e o crescente sentimento da sua inadequada prática pedagógica pelo teorismo exagerado e pela pouca atividade prática militar.” (LUCHETTI, 2006, p. 67)

Ao apresentar as informações sobre a Escola da Praia Vermelha que sucedeu a escola mencionada anteriormente, cabe destacar que ela apresentou problemas similares ao que foi apresentado no parágrafo acima. Conforme Santos(2004), independente das inúmeras transformações ocorridas na Escola Militar da Praia Vermelha, a escola possuía o problema no que se refere a transmissão de conteúdos que seriam próprios da função do oficial. Tal problema ocorria devido haver pouca prática e ensino teórico das especificidades militares. Havia também o problema do exército ser responsável pela formação dos engenheiros civis no Brasil o que causa confusão quanto ao objetivo principal dessa Escola de Formação. Somente em 1874 que tal responsabilidade é desvinculada do exército, quando a Escola Central se desvincula das atividades militares e passa a jurisdição da antiga secretaria do império. Com a reforma de 1874, delimitou o tempo de formação dos cursos das armas de Infantaria e Cavalaria (2 anos), Artilharia (3 anos), Curso de Engenharia Militar (5 anos) e do Curso do Estado-Maior (4 anos), sendo, este último, voltado eminentemente para as atividades práticas de acordo com Luchetti(2006). A Reforma de 1889, cria a Escola Superior de Guerra para formar engenheiros, artilheiros e oficiais do Estado-Maior, e ficando sob responsabilidade da Escola Militar os cursos de Cavalaria e Infantaria. Sodré(1979) menciona que isso prejudicou a pretendida modernização e homogeneização dos estudos. A Reforma de 1890 de Benjamin Constant, “retoma os estudos preparatórios de 3 anos e a profissionalização de 5, 6 e 7 anos para infantes e cavalarianos, artilheiros e oficiais do Estado-Maior, respectivamente”(LUCHETTI, 2006, p. 78). Essa reforma prejudica o ensino militar prático com a ampliação dada aos estudos das ciências gerais. Esse regulamento contribui para uma formação excessivamente teórica, faltando instrução militar adequada de acordo com Motta(1998). É possível verificar tal problema com os dizeres do antigo Ministro da Guerra, Marechal Mallet, no qual afirmou:

“ A instrução, hoje proporcionada, pode ser a mais completa, elevada e adiantada, a mais científica – não contesto nem discuto. O que posso garantir é que, absolutamente, não corresponde às necessidades da vida militar. Talvez prepare ótimos bacharéis em ciências, soldados é que não”( MOTTA,1976, p.289 )

.quanto o ensino fundamental dessa escola, percebe-se que ela foi beneficiada com os cursos preparatórias que tinham o objetivo de fornecer lastro cultural adequado para que o futuro cadete consegui-se acompanhar os conteúdos acadêmicos dessa escola. Nogueira(2014) explica em seu trabalho os objetivos desses cursos preparatórios:

estes cursos preparatórios são considerados o marco inicial da introdução14 do ensino secundário militar, que cumpria duas funções específicas: primeiro, visavam preparar os alunos com uma base educacional sólida, que lhes garantissem o acompanhamento do ensino superior nas Escolas de Formação. Num segundo momento, visavam garantir aos filhos de militares tivessem o devido respaldo do Estado na sua educação secundária(NOGUEIRA,2014 p. 156 )

Ao se analisar a escola que sucedeu a da Praia vermelha, percebe-se que ela apresentou resultados distintos na especialização dos oficiais da época. Houve uma evolução na especialização do oficial do exército brasileiro a partir de Realengo. Cabe destacar os seguintes fatores que foram primordiais para o desenvolvimento do Ensino militar nessa acadêmia: De acordo com Santos(2004), houve uma significativa melhora do ensino profissional com a atuação dos “jovens turcos” como instrutores de realengo no qual era jovens oficiais que realizaram estágio no exército prussiano e que depois contribuíram para o melhoramento do ensino prático militar nessa escola de formação. Santos(2004) destaca também que os “jovens turcos” foram fundamentais para a valorização da ordem unida, preparo físico e ensino prático militar na escola de realengo. Há de citar também o assessoramento dos militares da missão Francesa a partir de 1919 que foi de suma importância, conforme Luchetti(2006),na assessoria ao comando em relação ao ensino militar da escola no que tange à chefia dos pequenos escalões. Há de citar também as contribuições que o regulamento de 1918, Lei 3.454 de 06 de janeiro (artigo 56) promoveu nessa escola, uma vez que trazia os seguintes pensamentos: “aproveitar em prol das forças nacionais os ensinamentos da Primeira Guerra Mundial; acentuar o ensino profissional militar e na adoção de medidas modernizadoras do exército alemão” (MOTTA 1998, p.250). A Primeira Grande Guerra trouxe novidades ao aparelho militar como novos tipos de armamentos e novos métodos de combate e com isso houve grande impacto no ensino militar da escola de realengo conforme Luchetti(2006). Apesar da grande evolução do ensino prático militar com a Escola de Realengo, a participação dos cadetes no movimento tenentista, fez com que se questiona-se o currículo prático e profissional dessa Academia. Luchetti(2006) menciona que foram observados falhas na formação do militar pela falta de disciplinas que contemplavam a educação cultural e filosófica. Houve uma grande tônica nos os debates políticos da época em torno da ausência no currículo de realengo de disciplinas científicas de cultura geral. Com isso a solução foi um equilíbrio adequado no programa de ensino em que as duas modalidades

(fundamental e profissional) fossem privilegiadas. Essa harmonização foi levada a efeito pela reforma de 1924 de acordo com a seguinte citação:

“... a reforma de 1924 prestigiou os estudos gerais, científicos, sem o sacrifício dos assuntos profissionais; como os objetivos do ensino nas diversas disciplinas e o conteúdo dos programas, definidos e delimitados, procuram conter os estudos no nível adequado à finalidade da Escola, (...)” (MOTTA, 1998, p.273).

A Escola de Realengo passou por remodelação integral segundo modelos americano, francês e inglês sob o comando do coronel José Pessoa. O Regulamento de ensino de 1934 ampliou o curso da escola para quatro anos e introduziu, pela primeira vez, na grade curricular, disciplinas que tratavam do estudo

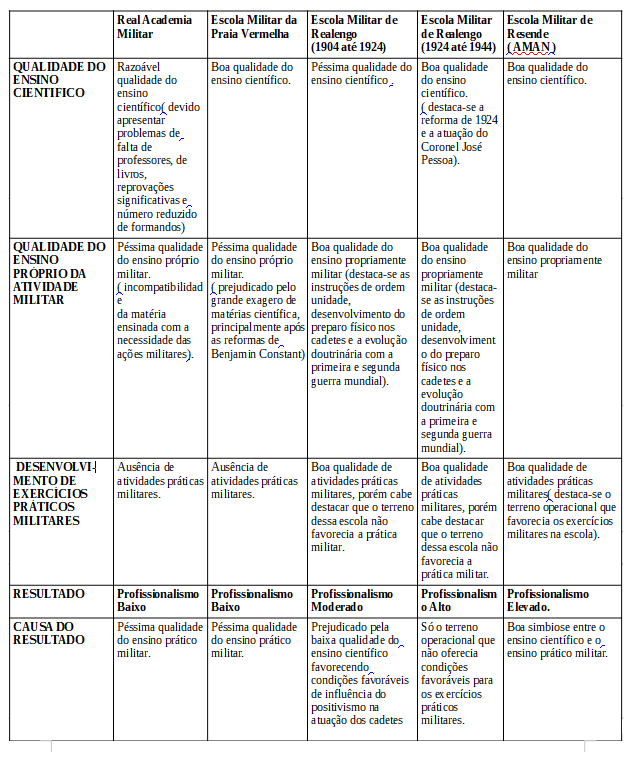
social, porém com esquemas doutrinários estreitos. Também cabe destacar que conforme Luchetti(2006), iniciou-se um período de influência norte-americana na doutrina militar brasileira com a participação do Brasil na segunda guerra mundial. Essa influência foi estabelecida pela reforma de 1940 de acordo com os seguintes moldes:

* + 1. o ensino não pode ser especulativo, mas objetivo, porque se destina à formação de oficiais, homens de ação;
    2. a eficiência do ensino não depende da quantidade de matéria dos programas, senão da sua qualidade e do modo por que é ministrado;
    3. os programas de aulas afins devem ser organizados segundo um critério de cooperação didática, de modo a evitar a perda de tempo com repetições dispensáveis;
    4. os programas devem constituir um todo orgânico, em que as diferentes partes se liguem e se completem mutuamente, com planos de trabalho, devem ser realizáveis em condições pré- determinadas de tempo (MOTTA, 1998.p.296).

Por fim, a Escola de Realengo não possuía de acordo com Hiram(1985) um terreno que atende-se a todas realizações praticas das atividades militares necessárias a formação do oficial, como também, não havia uma estrutura condizente para a realização das atividades acadêmicas pelos cadetes. Com isso as transformações realizadas pelo Marechal José Pessoa na transferência da acadêmia de Realengo para Resende foi de grande valia para o melhoramento do ensino militar no exército brasileiro. Azevedo(1963) explica que a nova academia que se instalava em Resende passou pelas duas últimas fases das cinco que o ensino militar passou no Brasil. A fase de 1930 até 1980, em que o ensino militar na academia de Resende buscou desenvolvimento caracterizado pelo enriquecimento, pela complexidade das instituições e pela crescente especialização e mecanização e a fase de 1980 até os dias atuais na qual o ensino militar da AMAN é caracterizado “por mudanças, ditas modernizantes, com a finalidade de adequar o ensino aos requisitos da conjuntura nacional e mundial” (LUCHETTI, 2006 p 68). Atualmente o

ensino na AMAN é desenvolvido em cinco anos das quais um ano é na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em Campinas-SP, e os quatro restantes na AMAN, sendo um ano de curso básico e três na especialização dentro das armas, quadros ou serviços. Nos cinco anos ocorre a transmissão de conteúdos que favorecem o desenvolvimento do lastro cultural do oficial e de conteúdos a cerca da prática militar propriamente dita. Nos assuntos que envolve a prática militar estão inclusos a seção de instrução especial que ocorre do segundo ao quinto ano de formação, seção de educação física, seção de equitação que ocorre, com exceção dos cadetes de cavalaria, somente no segundo ano da formação, as matérias eminentemente militares e os exercícios práticos no terreno. Diante disso, Podemos sintetizar o resultado com a seguinte tabela (SANTANA, 2020):

**Tabela 1- Resultado da análise da especialização das Escolas militares no profissionalismo**



Fonte: SANTANA, 2020

* 1. RESULTADO E ANÁLISE DO O ETHOS MILITAR, IDENTIDADE MILITAR E DO DISTANCIAMENTO DE QUESTÕES POLITICAS.

. Como foi observado nos textos sobre o ethos e a identidade militar, tem-se que o ethos é a maneira igualitária de se comportar e de se viver de um grupo indivíduos que é resultado de um comportamento repetitivo de mesmos atos conforme Poldroit(2012) e Tavares(2008). Esses comportamentos semelhantes permitem que o indivíduo se identifique dentro do grupo, criando então uma classe de pessoas que advogam para si uma identidade própria para o grupo no qual pertencem conforme Nogueira(2004). Diante disso, é de responsabilidade das escolas a construção do ethos militar no corpo de oficiais, situação essa que é de suma importância que para que exista o corporativismo nesse grupo, conforme o capítulo dois desse trabalho. Diante dessa situação, analisar-se- á os resultados da contribuição das escolas militares na construção do ethos e identidade dos oficiais através da análise dos seguintes quesitos: Contribuição na formação de uma ideologia comum nos cadetes, sistema disciplinar da escola, valorização dos ritos militares e o distanciamento de questões politicas

Conforme Santos(2004), no incio da criação da academia em 1810, a escola era pouco militarizada e tinha um sistema de externato. Não havia formaturas e a muitos alunos já eram oficiais. A primeira reforma ocorre em 1833, quando os alunos que não eram oficiais deveriam formar uma companhia que ficava sujeito a formaturas e revistas. De acordo com Santos(2004), somente com a criação da Escola da Praia Vermelha em 1855 que houve a próxima reforma que desenvolveria o ethos militar na escola. Voltou-se então a dar atenção ao assunto com o estabelecimento de um regime militar rigoroso no qual a escola seria considerada um quartel com uma jornada de trabalho marcada com toques de corneta e formaturas. Os alunos eram divididos em companhias e seções das diferentes armas. Também foi desenvolvido nessa reforma o regime de internato, que de acordo com Santos(2004), ganha-se coesão e solidariedade horizontal no corpo de alunos. De acordo com esse autor observa-se o seguinte em 1855:

“ Surge o Espírito-de-Corpo, e podemos observar aqui, como opera o “currículo oculto” da escola que modela e homogeniza os comportamentos. Como nos lembra Celso Castro(1995), a partir do momento em que se democratiza o acesso às Escolas Militares, a identidade social do oficial passa a estar vinculada à instituição criando um ethos específico.”( SANTOS, 2004 p.87)

. A reforma de 1874, estabeleceu capitães e seus subalternos para estar no comando dessas companhias. Com o advento da república, cria-se o corpo de alunos na Escola da Praia Vermelha com a reforma conduzida por Benjamin Constant contribuindo assim para um carácter mais militar nessa escola.” este corpo terá estado-maior e estado- menor e quatro companhias.”(MOTTA,1998 p.286).Vale destacar também que em 1898 sobre pressão republicana radical houve extinção do título de cadete, algo que veio prejudicar o quesito da valorização das tradições militares na escola. Ainda sobre o sistema disciplinar da Escola da praia Vermelha, percebe-se que a escola militar no Brasil apresenta desde 1797 com a Real Academia da Artilharia, Fortificações e Desenho um sistema disciplinar bastante rígido conforme Nogueira( 2004).

Todo o Estudante seja qual for a sua graduação, que faltar nos dias de Estatuto à Aula, não qualificando as causas que tem para fazê-lo e que sendo advertido e convencido do seu delito, se não corrigir, o suspendo do exercício do seu Posto, e o prenderei em uma Fortaleza, não lhes assistindo senão com metade do Soldo da sua Patente; pois como S. Magestade (sic) despende para a conservação do seu Exército imensas somas estas se inutilizam quando se empregam em pessoas inhabeis (sic) e até prejudicialissimas (sic) porque se abandonando ao domínio dos seus vícios não podem jamais sujeitar-se as regras da virtude, do valor, do patriotismo e da ciência. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 53).

É possível perceber o carácter disciplinar da Escola Militar da Praia Vermelha com o seguinte trecho:

A Escola da Praia Vermelha, de formação eminentemente militar recebeu o nome de Escola de Aplicação do Exército, e durante o período de 1855 a 1874 passou por várias reformulações que primavam na essência, **pela regulamentação do currículo aplicativo de regime acentuadamente militar, pelos rigores da disciplina** e regime de internato, com horários pré-determinados e rígidos**,** e pelo tempo dedicado ao estudo. A Escola Central do Exército, do Largo de São Francisco, no período compreendido entre 1855 e 1874, tratou da formação de engenheiros civis [...]. (LUCHETTI, 2006, p. 71-72, grifo nosso).

Apesar do caracter disciplinar da escola, o envolvimento dos cadetes no início da república em questões politicas causa prejuízo ao sistema disciplina da dessa escola. Tem-se que tal situação promove futuramente o fechamento dessa academia com a participação dos cadetes na revolta da vacina conforme Rodrigues(2008).

**Após a sedição militar que envolveu seus alunos, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina, a Escola Militar do Brasil foi fechada e dividida em quatro escolas**: a Escola de Guerra de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Tática no Realengo e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia no Realengo, que tinham como ideia principal abandonar o cientificismo anterior e imprimir um conceito mais prático e objetivo na formação do oficial do Exército. As quatro Escolas que sucederam a Escola Militar do Brasil foram sendo unificadas até serem

transformadas, em 1913, na Escola Militar do Realengo. (RODRIGUES, 2008, p. 58, grifo nosso).

Sodré(1979) discorda da ideia de responsabilizar o positivismo , implantado nas reformas de Benjamin Constant, como causa principal da influência nociva ao ensino militar, proporcionando a rebeldia da oficialidade e dos cadetes durante a revolta da vacina ,uma vez que mencionava Constant como um pacifista.

desejava-o [Benjamin Constant] respeitado e respeitador, como garantia da segurança da manutenção da ordem e da tranqüilidade públicas, e trabalhando condignamente pelo engrandecimento da pátria; respeitando os poderes públicos, desde que estes cumprissem a lei, e reagindo até, se preciso fosse, na praça pública, quando os desmandos dos governos levassem o desrespeito à lei até a conspiração (MENDES, apud Sodré, 1979, p.168)

Entretanto, Santos(2004) afirma que as ideias positivistas fortalecia um pesamento que a nação deveria ser dirigidas por técnicos e não por políticos que desorganizavam o país. Para a autora, Essa ideologia prejudicava a formação profissional dos oficiais pois buscava formar de acordo com Santos(2004) “bacharel-fardado” que tendiam a desprezar as tarefas cotidianas da vida militar, bem como os oficiais que não tinham formação acadêmica. Essa ideologia conforme a autora somado ao romantismo militar, o cientificismo e a visão de mundo, alimentava o entendimento que os militares deveriam intervir na politica com fins reformadores. Entende-se que o positivismo era transmitido na Escola da Praia Vermelha através de grêmios e associações e em diversas aulas da escola. Sua função de acordo com Santos(2004) era fortalecer a ideia da meritocracia, o cientificismo e a sensação de superioridade em relação aos civis. “Esse movimento positivista surgiu revestido de características revolucionárias e salvadoras, por isso, teve grande aceitação e ramificação nos centros educacionais militares e daí para o Exército”( LUCHETTI, 2006 p.77) e com isso entende-se de acordo com Luchetti(2006) que essas ideias muito influenciou os alunos da Praia Vermelha a se envolverem em questões politicas.

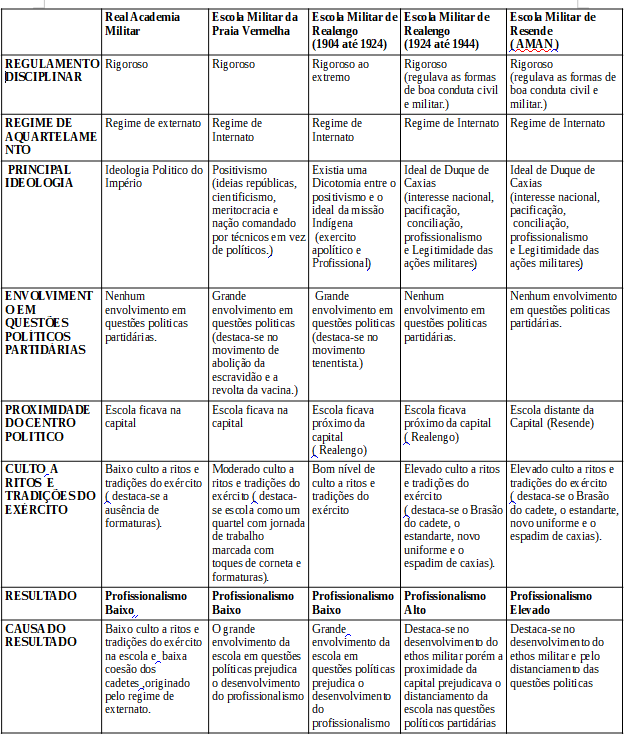
Ao se analisar a Escola de Realengo, percebe-se que a escola tinha a missão de deixar o ensino militar mais profissional, entretanto, a dicotomia existente no início da escola prejudicou o fortalecimento do ethos militar conforme Santos(2004). A escola sofria influência do positivismo através de professores como Cândido Rondon, Tasso Fragoso, Antônio Prestes e Horta Barbosa que apesar de não haver uma cadeira especifica de politica nessa escola, continuava-se o estudo da mesma através desses professores. Em Realengo, eram lidos e debatidos em sala de aula, conceitos de filósofos como

Alberto Torres no qual dizia que a politica podia ser abolida para dar lugar a ciência. Por outro lado, a Escola começou a ser influenciada pela mentalidade militar dos jovens turcos. Esses instrutores traziam da Prússia a ideia do exercito apolítico e profissional. Mesmo com a mentalidade militar da missão indígena, houve participação de alguns integrantes da Escola Militar de Realengo no movimento tenentista de 1922. Isso teve como consequência conforme Santos(2004) o desaparecimento da missão indígena, a mudança de comando e a exclusão de quase a totalidade dos alunos. Santos(2004) ao mencionar as palavras do antigo aluno dessa escola, Durval de Magalhães no período 1918 a 1920, acredita que o excesso de condutas disciplinares exigido pelos instrutores da missão indígena foi uma das causas que levaram os alunos a revolta tenentista. Já Luchetti( 2006) acredita que esse episódio disciplinar ocorre pela falta de disciplinas que contemplava a educação cultural e filosófica. Por isso a reforma de 1924 buscou[…]“equilíbrio adequado no programa de ensino em que as duas modalidades (fundamental e profissional) seriam privilegiadas a contento de modo que haveria destaque para as destrezas profissionais no ensino prático e acentuada cultura técnico- científica nos estudos teóricos.”(LUCHETTI, 2006 p 89).

. Os maiores impactos no desenvolvimento do ethos militar na escola de realengo foi no comando do General José Pessoa no período de 1931-1934. Hiram(1985) destaca a atuação de José Pessoa nessa área, num período em que a intentona comunista tentava eliminar os esforços de fortalecimento moral e disciplinar no exército. Era um período de muitos problemas políticos que viria a influenciar a escola de realengo, a citar a revolução de 1930, revolução de 1932 e a ascensão do movimento integralista. Mediante a isso, esse antigo comandante tomou uma série de ações que buscou preservar a coesão dos alunos da escola de realengo e também desenvolver o ethos militar nesses integrantes. Conforme Hiram(1985), a primeira ação do comandante dessa escola foi no âmbito do exército com o desenvolvimento e culto aos patronos, tendo como destaque o Duque de Caxias. Com isso era possível […] “galvanizar um campo de energia moral na juventude militar” (HIRAM, 1985 p 55). Pode-se dizer que Duque de Caxias havia sido galvanizado um pouco antes na Escola Militar porém recebe maior destaque com José Pessoa. Caxias era venerado com José Pessoa na Escola Militar e era apresentado aos cadetes o ideal de caxias que era os interesses nacionais acima dos regionais e partidários; pacificação dos espíritos; conciliação; profissionalismo e

legitimação da ação militar conforme Hiram(1985). Outra ação de impacto nas tradições militares dessa escola foi a revalorização do título de cadete com o José Pessoa na leitura da ordem do dia de assunção do comando no qual o vocativo “cadetes” havia sido usado pelo coronel José Pessoa na abertura de suas palavras. Hiram(1985) menciona também que José Pessoa também instituiu um novo uniforme que distinguia os cadetes dos outros militares do exército e instituiu o brasão contido no estandarte do corpo de cadetes que continha a galeria de valores criados por ele para instrumentar na escola a alma militar. É criado também o espadim de Caxias que era incorporado ao novo uniforme e que servia para simbolizar a servidão militar dos futuros oficiais do exército brasileiro. Além do desenvolvimento dos ritos militares e da ideologia comum com o ideal de caxias citados anteriormente, cabe destacar também a criação do regulamento interno do corpo de cadetes por José Pessoa que cultuava a profissionalização e regulava as formas de boa conduta civil e militar. Era consubstanciado nesse regulamento interno um código especial de educação e disciplina no qual os jovens se compenetravam de seus deveres e responsabilidade, abstendo-se assim das influências negativas da vida exterior sem que se desligassem da sociedade em que provinham conforme Hiram(1985). Por fim, José Pessoa idealizou e planejou construir uma nova academia que distancia-se os cadetes da influência politica da capital. Hiram(1985) menciona que nos fins de 1937 o General Manoel Rabello mandou retomar os projetos e plantas da academia de Resende arquivadas desde 1934. Assim a construção dessa academia durou de 1938 até 1944 no qual teve como primeiro comandante o Coronel Mário Travassos. Com isso, Podemos sintetizar o resultado da influência do ethos Militar das escolas militares no profissionalismo do exército ao longo da história Brasil com a seguinte tabela (SANTANA, 2020):

**Tabela 2- Resultado da análise do ethos militar nas Escolas militares**



Fonte: SANTANA, 2020

# 4 CONCLUSÃO

Mediante os resultados apresentados anteriormente, percebe-se o seguinte ao se analisar as quatro principais escolas de formação de oficiais combatentes do exército brasileiro ao longo da história: A Real Academia militar, apesar de não haver nenhum envolvimento dos alunos em questões políticos partidárias, contribuiu muito pouco para o desenvolvimento profissional do exército uma vez que a formação dos oficiais era muito deficiente na prática militar, além de não promover uma identidade militar sólida e não desenvolver também uma coesão adequada entre os alunos devido a ausência de um regime de internato. A Escola Militar da Praia Vermelha também não apresentou contribuições significativas no desenvolvimento profissional do exército já que ela possuía, assim como a Real Academia, uma grande deficiência na prática militar e um grande envolvimento dos alunos em questões políticos partidárias. A partir de realengo é que podemos concluir o marco decisivo da contribuição das escolas militares no profissionalismo do exército brasileiro. Podemos dizer que esse marco foi a partir de 1924 uma vez que a Escola de Realengo apresentava antes disso um grande envolvimento de cadetes em questões políticos partidárias e também uma grande deficiência no ensino científico. É a partir da reforma de 1924 que a escola começou a buscar uma simbiose adequada entre os conteúdos científicos e os ensinos das matérias propriamente militares. É a partir desse momento que ocorre o distanciamento dos cadetes das questões partidárias como também, houve um grande desenvolvimento dos valores, ritos e tradições militares nessa escola, tendo como promovedor disso o coronel José Pessoa. Cabe mencionar que a contribuição para profissionalismo do exército brasileiro foi ainda maior com a transferência da Academia, saindo de Realengo para Resende, pois isso promoveu um grande distanciamento físico dos cadetes das agitações politicas da capital como também localizou a escola num terreno adequado para a realização dos exercícios práticos militares. Por fim, podemos concluir disso, que o marco decisivo da contribuição ao profissionalismo do exército brasileiro pelas escolas militares inicia num período de grande avanço na complexidade das operações terrestre, fruto da evolução doutrinária da primeira e da segunda guerra mundial. Como foi elencado nos resultados acima, a reforma de 1924 como também as que vieram após essa, sofreram grande influência da evolução doutrinária pós guerra mundial, do carácter profissional do exército prussiano através da missão indígena, das contribuições da missão francesa e das reformas promovidas pelo Marechal José Pessoa. A partir dessas reformas que se percebem claramente a necessidade do exército de se preservar dos conflitos políticos partidários como também desenvolver uma identidade militar sólida entre os futuros oficiais para manter futuramente uma coesão entre os integrantes da força em todos os níveis de comando. Assim sendo, quanto mais complexas forem as operações terrestres, maior será a necessidade de contribuição das escolas militares na formação de peritos na administração eficiente da violência como também desenvolver um ethos e uma

identidade militar em seus alunos de forma a promover no futuro uma corporatividade sólida entre os oficiais para que haja também uma coesão entre os mesmos nos mais diversos níveis hierárquicos.

# REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira:** introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

CÂMARA, Hiram F. **Marechal José Pessôa:** a força de um ideal. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército,1985.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: ática, 2003, 13ª ed.

CIAMPA, A.C. **Identidade**. In: W. Codo& S. T. M Lane (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

COELHO, Edmundo C. **Em busca de identidade:** o exército e a política na sociedade brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

DROIT, Roger-Pol. **Filosofia em cinco lições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012

DUBAR, Claude. **A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais.** Porto, Portugal: Porto Editora, 1997 (trad. Annette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto Ribeiro Lamas).

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado:** teoria e política das relações entre civis e militares. 2.rev.atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército,2016

JANOWITZ, Morris. **O soldado Profissional:** um estudo social e político. Rio de Janeiro: edições GRD, 1967

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O ensino no exército brasileiro**: histórico, quadro atual e reforma. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

MCCANN. Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889 – 1937)**. São Paulo: Rio de Janeiro: Cia das Letras/Bibliex, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **O ethos na análise do discurso**. In.: AMOSSY, Ruth. (Org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército. Currículos e regimes da academia militar (1810-1944).** Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

NETO, Jacintho M. **Os desafios do ensino Militar:** transformando a pós-graduação stricto sensu em ciências militares. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares, 2012,26.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação Militar:** uma leitura da educação no sistema dos colégios militares do Brasil (SCMB). 2014. Dissertação (mestrado em educação)- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Mato Grosso do Sul, 2014.

OLIVEIRA, Ana A.P. **Profissionalismo e educação militar:** um estudo a partir da Academia Militar das Agulhas Negras(AMAN). 2015

PIMENTEL, Luiz P.G.; NETO, Tomaz E. **O estudo da teoria da guerra de quarta geração na segunda guerra do golfo(2003).** Rio de Janeiro: Coleção Meira Mattos, v. 8, n 33, p. 175-183, 2014.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira:** as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Miriam O. **Berço de heróis:** o papel das escolas militares na formação de salvadores da pátria. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2004

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

TAVARES, Kleber da Silva. **“A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 2012.

WEBER, Max.**Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora, 5ª ed. 1982.

WEBER, Max. **A ciência como vocação** [1919]. In: WEBER, Max. Ciência e política, duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1972.